



# NOVO SISTEMA DE TRANSPORTE FRETADO SE MOSTRA INEFICIENTE E ACUMULA INSATISFAÇÃO ENTRE OS USUÁRIOS

*Embora os comunicados oficiais da Unicamp sobre a melhora do sistema, denúncias frequentes chegam ao STU sobre o impacto causado pelo novo contrato na qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Até o momento, a universidade não se pronunciou quanto a realização de uma pesquisa oficial de satisfação entre os usuários.*

Pouco mais de um ano após o novo contrato de fretamento da Unicamp, o que se vê é a precarização de um **serviço caro** pago pelos trabalhadores e que deveria garantir condições dignas de deslocamento. A promessa de melhoria não se confirmou!

Além da empresa de fretamento, a reitoria optou por contratar, por dispensa de licitação, a empresa de roteirização com a proposta mais barata e também a mais frágil do ponto de vista técnico. O próprio termo de referência do serviço estabelece limites de até 70 minutos para viagens em Campinas e 90 minutos para trajetos intermunicipais. Na prática, esses parâmetros vêm sendo sistematicamente descumpridos, pois as rotas se tornaram o principal gargalo do fretado.

Um levantamento feito por um trabalhador técnico-administrativo, entre os meses de setembro/2024 e novembro/2025, aponta a redução de 54 viagens diárias (queda de 34%), ao mesmo tempo em que os percursos ficaram mais longos e demorados. Segundo os dados, a extensão média das viagens aumentou cerca de quatro quilômetros e o tempo médio subiu 23%, chegando a acréscimos de pelo menos 20 minutos nos horários de maior demanda.

**Na prática temos:** linhas unificadas sem critério, trajetos mais extensos e, que muitas vezes, cruzam sentidos opostos da cidade e o deslocamento de muitos trabalhadores passou a consumir o dobro do tempo. **Os trabalhadores sofrem com atrasos frequentes, dificuldade para cumprir horários, prejuízo inclusive no registro do famigerado Ponto Eletrônico e muito desgaste emocional.** Desde março, a exigência de uma TAG obrigatória para embarque passou a ser mais uma barreira a um sistema que já opera no limite, inviabilizando uma reivindicação antiga da categoria de utilização de qualquer linha de transporte fretado com mais flexibilidade.

Ainda que a empresa de roteirização seja a mais barata, houve um aumento expressivo de custos com o novo contrato de fretamento dos ônibus, cerca de 44%. Isso, levando em consideração que o contrato prevê menos viagens realizadas. E quem paga a conta com horas perdidas no fretado e condições cada vez mais precárias de deslocamento são os trabalhadores, que sequer foram ouvidos sobre suas necessidades de transportes.

Para o STU, que já cobrou a reitoria inúmeras vezes e não obteve retorno, a situação é resultado de uma escolha que se mostrou equivocada: concentrar o serviço em um único contrato, sem diálogo com a categoria, aprofundando problemas que antes eram mais administráveis. O que se vendeu como eficiência virou sobrecarga, transtorno e piora no serviço para quem depende do fretado todos os dias.

## TRABALHADORES LANÇAM COLETIVO DE MOBILIDADE URBANA

Um grupo de trabalhadora(s) organiza o lançamento do Coletivo de Mobilidade Urbana da Unicamp, com o objetivo de debater e construir propostas para as condições de mobilidade nos *campi* da universidade. A iniciativa surge diante dos desafios enfrentados no cotidiano e pretende aprofundar a discussão sobre temas como **infraestrutura urbana, transporte fretado, políticas de conscientização e educação para o trânsito, transporte público, circular interno, arborização, ciclovias e calçadas**, — dentre outros elementos essenciais para garantir mobilidade, acessibilidade e sustentabilidade.

O lançamento oficial do Coletivo acontecerá ainda no mês de abril em uma plenária realizada no STU sobre esse tema. O evento será aberto à comunidade universitária e representantes convidados de órgãos do campus atuantes nesse setor. Interessados em participar ou obter mais informações sobre o Coletivo podem acessar os seguintes canais:

**Instagram:** @mobilidadeurbana.unicamp

**Email:** mobilidadeurbana.unicamp@gmail.com



Para onde vai o dinheiro das multas? O STU encaminhou uma solicitação da cópia do contrato junto à Prefeitura e até o momento não obteve resposta.

Sem vagas suficientes nos estacionamentos no entorno, profissionais da Saúde relataram ao STU situações em que precisaram deixar o posto de trabalho às pressas para evitar o guinchamento do veículo "A gente não tem paz para trabalhar. Cada hora é uma novidade diferente"/Foto: denúncia.

## INDÚSTRIA DA MULTA NO CAMPUS PENALIZA TRABALHADORES

A decisão da Unicamp de autorizar a atuação da EMDEC dentro do campus escancara mais um problema de gestão: a reitoria opta por punir trabalhadores, estudantes e usuários sem garantir condições mínimas de mobilidade. Ao abrir mão da autonomia universitária para transferir a fiscalização a um órgão municipal com poder de "polícia do trânsito", a administração transforma um problema estrutural, a falta de vagas, em uma política de multas. Os próprios dados divulgados pela universidade indicam um fluxo diário de cerca de 80 mil pessoas e 40 mil veículos. Ainda assim, não houve ampliação significativa da infraestrutura de estacionamento.

Na primeira semana de fiscalização efetiva, iniciada em 16/03, foram aplicadas 145 multas e registrados dois guinchamentos. A maior parte das autuações se concentrou na Área da Saúde, onde a escassez de vagas é histórica e afeta diretamente trabalhadores, pacientes e acompanhantes. A reação da comunidade confirma o que o cotidiano já demonstra. A queixa mais recorrente é a ausência de estacionamento suficiente, sobretudo no entorno do Hospital de Clínicas, problema ignorado pela gestão. Diante da falta de vagas, motoristas recorrem a espaços improvisados e, agora, passam a ser penalizados por uma situação que não criaram.

O STU já encaminhou ofício à reitoria solicitando informações e acesso ao contrato firmado com a EMDEC. Para o sindicato, a medida representa a substituição de uma gestão orientativa por uma lógica punitiva e arrecadatária, sem diálogo com a comunidade universitária. Além disso, a universidade transfere à comunidade o custo de uma falha histórica de planejamento. O volume de multas em poucos dias e a adoção de medidas como o guincho evidenciam o caráter desproporcional da iniciativa. A situação é ainda mais grave na Área da Saúde, onde profissionais enfrentam jornadas extensas e não dispõem de alternativas viáveis de acesso.

O STU não ignora irregularidades, mas reafirma que o problema central é a ausência de infraestrutura. Sem vagas suficientes, com transporte fretado que não atende a categoria e um sistema público de transporte sucateado, essa política de fiscalização externa aprofunda desigualdades e penaliza quem trabalha e utiliza o campus. Tudo isso, evidencia uma contradição: enquanto a EMDEC amplia a punição, a universidade não garante condições mínimas para que as regras sejam cumpridas e, mais uma vez, transfere à comunidade o custo financeiro de sua própria omissão.

## UNICAMP VENDE MODELO DE SUSTENTABILIDADE, MAS ABANDONA INFRAESTRUTURA DO CAMPUS

Enquanto a Unicamp tenta se estabelecer como um território modelo de ocupação urbana e de geração de soluções para os desafios do desenvolvimento sustentável, por meio do Hub Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (HIDS), a realidade cotidiana do campus expõe um cenário de abandono da infraestrutura urbana.

Quem circula diariamente pela universidade convive com calçadas esburacadas ou inexistentes, o que compromete a segurança de pedestres e impõe barreiras adicionais a pessoas com mobilidade reduzida. A falta de pisos táteis evidencia o descaso com a acessibilidade, desrespeitando direitos básicos de pessoas com deficiência.

Soma-se a isso a ausência de arborização em diversos trechos e de planejamento urbano, agravando o cenário de descuido. Além da precariedade dos pontos de ônibus,

muitos deles improvisados ou sem qualquer estrutura mínima de cobertura. O ponto localizado na entrada F1 do Hospital das Clínicas é um retrato dessa situação: trabalhadores, pacientes e acompanhantes aguardam o transporte expostos ao sol e à chuva, em um dos locais de maior circulação do campus.

Para o STU, o contraste entre a imagem projetada e as condições reais é inaceitável e chega a ser vergonhosa. A universidade que se apresenta como modelo internacional de sustentabilidade falha em garantir o básico para quem trabalha ou circula no campus. Trata-se de um problema de prioridade: enquanto investe em visibilidade externa e obras desnecessárias, como a da reitoria, a gestão negligencia condições essenciais de trabalho, circulação e permanência no campus.

### BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP